

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.395 - MG  
(2019/0152738-4)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : EDUARDO DE SOUZA**  
**ADVOGADO : MAURO MATIAS DE ALMEIDA - MG046656N**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. TRÂNSITO EM JULGADO PARA ACUSAÇÃO. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL (ART. 117, V, DO CÓDIGO PENAL). AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. De acordo com o art. 117, inciso V, do Código Penal, "o curso da prescrição interrompe-se pelo início ou continuação do cumprimento da pena".
2. Considerando que não houve o transcurso do lapso de 16 anos entre o trânsito em julgado da condenação para o Ministério Público e o início do cumprimento da pena, não há falar em prescrição da pretensão executória.
3. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

**MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
Presidente

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator